

Editorial

A presente publicação traz como temática de seu dossiê a “Avaliação Escolar”. É este um tema polêmico que vem motivando a realização de fóruns de reflexões e debates em contextos acadêmicos. Constatase, ainda, a existência de uma cultura escolar que vincula a avaliação a instrumentos classificatórios e de julgamento de alunos, tais como provas e exames. Compreendida nessa perspectiva, a avaliação é tomada como um fim em si mesmo, como um ato técnico, isolado e desvinculado de um projeto político-pedagógico. É concebida nas bases de uma tradição antidemocrática e autoritária, configurando-se, quase sempre, como ferramenta de poder do professor e, como tal, mecanismo de exclusão de muitos estudantes. Em contrapartida, é possível identificar, mesmo que em menor proporção, práticas avaliativas que se fundamentam na concepção de avaliação como parte do processo pedagógico, como contrato solidário mantido com o estudante, como ação a serviço da construção de um desempenho escolar mais satisfatório. Desse modo, o ato de avaliar a aprendizagem é compreendido como uma maneira de tornar os atos de ensinar e aprender mais produtivos, ou seja, como um recurso de investigação da qualidade das ações planejadas e, ainda, como forma de subsidiar as decisões e as intervenções que devem ser tomadas ao longo do processo pedagógico (LUCKESI, 2011). Assumindo um caráter diagnóstico, a avaliação atenta para a permanente inclusão do aluno no processo educativo e, junto a isso, para a construção de resultados qualitativos mais satisfatórios.

Por isso mesmo, este é um tema sobre o qual professores e pesquisadores devem se debruçar não com o propósito de esgotá-lo, o que seria absolutamente inviável, mas para buscar a abertura para novas perspectivas, mais humanas e eficientes, em que se presentifique o ideário da avaliação escolar comprometida com o acompanhamento e a qualidade das experiências pedagógicas, com a função de diagnosticar e incluir e, por fim, com

a reorientação de caminhos para se chegar à construção de práticas mais saudáveis e produtivas. Com este propósito, espera-se que este número da *Polyphonia* contribua com a prática pedagógica e avaliativa de cada um de seus leitores e de muitos contextos escolares.

Os sete primeiros artigos contemplam discussões a respeito dessa temática, contextualizando-a em diferentes espaços acadêmicos. Em entrevista, o professor Geraldo Faria Campos também foca a avaliação escolar. Essa edição conta com mais sete artigos de fluxo contínuo, em que são enfatizados diferentes temas, além da resenha do livro de Cipriano Carlos Luckesi produzida pela professora Dra. Deise Nancy de Castro Mesquita.

Situado na área da linguística aplicada, o primeiro artigo, “Práticas avaliativas na sala de aula de línguas estrangeiras/adicionais na educação básica”, apresenta ponderações sobre o uso de diferentes instrumentos e critérios de avaliação da aprendizagem na sala de aula de línguas, de Espanhol, Alemão e Inglês, em uma escola do sistema regular de ensino. As autoras defendem a diversidade de instrumentos de avaliação a fim de que esta prática constitua-se como uma ação inclusiva.

No artigo “Avaliação da aprendizagem no ensino superior: perspectivas críticas ou técnicas?”, as autoras apresentam uma abordagem sobre as concepções e as práticas avaliativas do curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Goiás em contraposição à percepção dos alunos deste curso. Apesar da predominância de avaliações que apenas buscam mensurar conhecimentos, algumas práticas consideradas mais críticas vêm sendo institucionalizadas, o que constitui um avanço dentro do universo acadêmico, ressaltam as autoras.

Também trata da avaliação no ensino superior o artigo “Avaliação e o currículo no ensino superior: pensando a formação e a prática docente”. No texto, é investigado se a teoria e a prática docente estão em consonância nesse nível de ensino, ou seja, se o ideal de “currículo emancipador”, construído a partir das diferenças culturais e resultado do ideário difundido na graduação, é de fato seguido pelo professor. De acordo com as autoras, a tendência que se verifica é a de reprodução das mesmas práticas avaliativas e a de concordância com a premissa neoliberal imposta ao currículo. No entanto, a proposta ensejada no artigo é a de mudança de postura em relação à avaliação.

O grande número de trabalhos sobre avaliação da aprendizagem é sintoma da necessidade de se repensar as práticas avaliativas com maior

rigor, segundo o artigo “Avaliação da aprendizagem no ensino de Física: um olhar sobre as concepções dos professores licenciados em Física da cidade de Inhumas, Goiás”. No texto, são analisadas, por meio de um questionário aplicado aos professores, algumas concepções de avaliação da disciplina Física em diferentes instituições de ensino de nível médio e superior. Conforme o artigo, os resultados obtidos mostram que os critérios da avaliação tradicional ainda continuam implícitos nas concepções teórico-filosóficas dos professores.

O trabalho “Instrumentos clássicos da avaliação: a prova em destaque” traz um relato de experiências, de formação e atuação docente, que aconteceram durante o minicurso de mesmo nome, realizado pelas integrantes do Grupo de Estudos e Pesquisas em Avaliação Educacional (GEPAE). Segundo o artigo, a supervalorização da memorização de informações revela pouco sobre a aprendizagem efetiva dos discentes, ratificando o que no texto é chamado de “cultura do medo, da classificação e da culpabilização pelos resultados não alcançados”. O fato de a avaliação ser utilizada como um fim em si mesmo e não como um meio possível para repensar e replanejar determinadas práticas é criticado pelas autoras.

Elemento importante da escola não seriada, a *progressão continuada* pode acontecer em qualquer época do ano, o que possibilita que os estudantes avancem em seus estudos, como defendem as autoras de “Progressão continuada: equívocos e possibilidades”. Para elas, “cabe à escola organizar-se para que os agrupamentos e reagrupamentos dos estudantes sejam constantes, em atendimento às suas necessidades de aprendizagem”. No texto, são discutidos os equívocos e as alternativas dessa prática em escolas da rede pública, com destaque para o trabalho pedagógico em uma escola do Distrito Federal. As autoras concluem que a progressão continuada deve ser entendida no âmbito da avaliação formativa e da escola não seriada.

O objetivo de “Avaliação da aprendizagem: contexto político, intenções e possíveis caminhos” é discutir as concepções de avaliação em escolas públicas, em especial aquelas marcadas pela exclusão social, e a possibilidade de se utilizar a avaliação como forma de garantir a aprendizagem para os discentes das classes populares. Segundo o texto, vários são os autores que se dedicam a enfatizar os efeitos nocivos de avaliações equivocadas e a necessidade de colocar o processo avaliativo em função da aprendizagem. Historicamente pautada nos anseios das classes dominante, o modelo

sociopolítico “importado” para os ambientes escolares, segundo o texto, coloca grandes entraves entre o educando e o aprendizado.

Fechando esse primeiro bloco, o professor Geraldo Faria Campos, em entrevista concedida às professoras Ilse Leone de Oliveira e Luzia Rodrigues da Silva, relata algumas de suas experiências como docente de Língua Portuguesa no nível de ensino básico e defende a avaliação escolar como ação pedagógica que deve servir “à formação humana, portanto, deve mais diagnosticar que classificar, promover que excluir”.

Em “Políticas públicas e políticas linguísticas no Brasil: diretrizes para o Ensino Médio” é discutido o papel do planejamento de políticas públicas e linguísticas voltadas ao Ensino Médio (EM). No artigo, é observado como as políticas linguísticas previstas em documentos oficiais, a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), são assimiladas nos projetos curriculares das escolas públicas, bem como a implicação dessa adesão no desempenho dos estudantes na avaliação de larga escala.

No artigo “Um instrumento avaliativo em larga escala baseado na concepção sociointeracionista da linguagem”, Vânia Cristina Casseb Galvão analisa um instrumento de avaliação amplamente utilizado e desenvolvido a partir da temática “mistério”. Fundamentando-se na teoria sociointeracionista, a autora analisa uma prova de Língua Portuguesa apoiando-se na perspectiva de que “os gêneros são a instância da atualização linguística e a língua constituída em níveis mutuamente relacionados.” Ao final, a autora apresenta as vantagens de tal modelo avaliativo em um concurso público.

A investigação da função cultural e social da escola diante da ostensiva influência e interferência da mídia no processo da aquisição da leitura e escrita é o objetivo do artigo “A mídia *versus* a leitura significativa”. Os autores ponderam que é papel da escola a utilização consciente da cultura imposta pelos meios de comunicação de massa para a formação de leitores críticos.

Em “A literatura infantil e a formação de conceitos matemáticos nos primeiros anos de escolarização” são discutidos os benefícios da interdisciplinaridade envolvendo a Matemática e a literatura infantil. Segundo o artigo, o mito de que a matemática é uma disciplina complexa e abstrata advém do modelo pedagógico adotado nas escolas que privilegiam a transmissão, repetição e memorização de regras. Se os professores, nessa

fase de escolarização, relacionassem ensino e situações próprias do universo infantil, o que está em conformidade com o princípios dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), os resultados seriam bem melhores, ressalta o texto.

Também aborda o ensino da matemática o artigo “O uso do lúdico no ensino fundamental associado à Matemática”. De acordo com as autoras, a Matemática vincula o cotidiano e a vida social e, portanto, o professor deve tirar proveito de situações “desafiadoras, agradáveis e significativas”, sobretudo explorando a capacidade lúdica dos alunos. O uso de jogos, no trabalho com a matemática, possibilita mudanças pessoais e grupais. No entanto, é preciso que professores estejam sempre se atualizando e buscando novos recursos para que esta estratégia continue funcionando, alertam os autores.

A cibercultura e as mudanças que ela determinou no contexto social e no ambiente escolar estão em foco no artigo “Escola e cibercultura: breve reflexão acerca do uso das Tic’s como recurso pedagógico”. O texto chama a atenção para a adaptação que professores devem empreender para estarem aptos a utilizar as novas tecnologias, que são, afinal, poderosas ferramentas pedagógicas a serviço da aprendizagem.

No artigo “Narrativas e identidades de uma idosa aprendendo língua estrangeira (inglês)”, Hélio Frank de Oliveira relata uma bela experiência, um estudo de caso, em que uma idosa, aluna do curso Educação de Jovens e Adultos, está aprendendo inglês. Com base no paradigma qualitativo, o texto analisa e discute, por meio do uso de narrativas e observações em sala de aula, o que o autor chama de “(re)construção da/s identidade/s” da idosa. De acordo com o texto, os resultados da pesquisa demonstram que identidade/s, língua e cultura são indissociáveis no processo de aprendizagem de língua estrangeira.

Finalizando essa edição, a professora Dra. Deise Nancy de Castro Mesquita resenha o livro *Avaliação da aprendizagem: componente do ato pedagógico*, de Cipriano Carlos Luckesi – segundo colocado na categoria “Melhor Livro de Educação”, no 54º Prêmio Jabuti, em 2012. Conforme a professora, a tese principal desta obra brilhante é a de que sem um plano pedagógico definido não há avaliação de aprendizagem e que, para Luckesi, a avaliação não deve ser tratada como um fato isolado do pedagógico, como ocorre tradicionalmente, mas como parte orgânica do aprendizado. Com este intento, é preciso que professores e pedagogos rompam com o padrão

estabelecido e compreendam a avaliação como “um recurso subsidiário para a obtenção de resultados positivos em ações pedagógicas planejadas no âmbito escolar”.

Referência

LUCKESI, C. C. *Avaliação da aprendizagem*: componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011.

Luzia Rodrigues da Silva
Vivianne Fleury de Faria
Organizadoras